



A Cultura como matriz de significação: ou as políticas do signo

Leonardo Guelman*

O avesso da cultura é sangue, tortura, morte e terror¹

Este trabalho parte de um duplo movimento: procurar caracterizar, em linhas gerais, o contexto da cultura, principalmente no que tange ao seu modo de estruturação e constituição na atualidade (que implica nossas existências e olhares no mundo), e, em seguida, pensar diante desse quadro rumos operadores dos quais devam se incumbir uma política de ação cultural.

A palavra política é utilizada aqui sob licença de seu sentido mais usual ou formal, uma vez que não lhe atribuiremos nenhum caráter normativo. Como política entenderemos os procedimentos de remodelação de aspectos ou fatores de produção da realidade. Ao vislumbrarmos uma política de ação cultural queremos caracterizar esse movimento, quase plástico, de ativação de potencialidades e de recuperação do âmbito cultural.

Num primeiro momento, é preciso ressaltar que é a própria idéia de cultura que se coloca como algo a recuperar. Podemos falar aqui num sentimento de crise, uma crise de representação da própria cultura.

Como esta se nomeia ou se vê? Como a cultura define a si mesma? A crise da cultura é uma crise de significação, não apenas dela para ela mesma como dela para tudo que lhe envolve, como nós, os valores que nos cercam e os sentimentos que motivam a vida em comum.

Reconhecendo esse primeiro estado de coisas, nossa argumentação procurará apontar algumas alternativas para a questão – evidentemente nada que se coloque de forma definitiva, mas como processo e direção de trabalho.

Resumo:

Este artigo pretende discutir uma perspectiva de ação cultural como resposta à crise de sentido que permeia a cultura e seus objetos na atualidade. Sendo a cultura identificada aos sistemas de significação, qualquer política cultural deve também se dirigir para uma política do signo como instrumento de resposta à fragmentação e a perda de referências da pós-modernidade. Uma via de (re) significação da cultura deve pautar-se por signos que, em circulação, possam reafirmar os ritos de pertencimento, as *existencialidades* e os modos de vida dos grupos sociais, bem como suas singularidades. Como encaminhamento às questões levantadas recorreremos à hermenêutica cultural de Geertz e à análise crítica da cultura estabelecida por Jameson, que auxiliam nossa discussão na definição de uma direção de trabalho.

Palavras-chave: cultura, pós-modernidade, política.

* Mestre em Filosofia pela UERJ. Professor do Departamento de Artes da UFF. Diretor do Centro de Artes UFF. E-mail: guelman@uff.br - guelman@terra.com.br

Ao nosso ver é preciso alcançar um conceito de cultura que além de uma *epistémé* nos possibilite também uma perspectiva de ação, uma operacionalidade.

Essa forma de focar a questão deve-se essencialmente a uma necessidade, que entendemos premente, de recontextualizar esse campo de muitas vertigens em que a cultura se encontra e onde seu próprio sentido se indetermina. Tal condição é fruto, no nosso entendimento, de um alargamento do próprio âmbito da cultura e de uma ruptura de suas distinções e categorias tradicionais produzidas pelos efeitos, cada vez mais amplos, do mercado e de uma *cultura do mercado*. Não que estejamos proclamando um retorno aos tradicionalismos ou às distinções do tipo *alta cultura x baixa cultura*, *cultura erudita x cultura popular*, *cultura artística x cultura de massa*. O fato é que a perda dessa gravidade (a linha vertical) fez-se acompanhar, simultaneamente, de uma indiferenciação no plano horizontal. Já não sabemos ao certo o que constitui a cultura, ou melhor, nessa condição, talvez mais “tolerante”, tudo é cultura.

É nesse momento de impasse para a política cultural que se coloca um imperativo de resignificação, ou mesmo de uma reorientação valorativa em cultura.

É preciso também considerar que não cabe a uma visão valorativa dizer ou julgar o que é ou o que não é cultura; é esse o ponto vulnerável do tradicionalismo nessa área. Entretanto, seu oposto - tudo é permitido, ou tudo vale! - leva-nos a uma condição de esvaziamento de sentido. O desenlace dessa questão está relacionado, ao nosso ver, à percepção daquele duplo movimento mencionado de início. É preciso, nesse momento, reassumir os objetos e o próprio campo da cultura e voltar a ter em mão, de forma prática, o que se entende por esta. A partir daí, cabe-nos retomar uma via de resignificação da cultura que aqui identificaremos com uma política do signo.

Para tal será fundamental a contribuição de dois autores cuja discussão nos permite demarcar uma situação e ao mesmo tempo vislumbrar uma operação. Recorreremos, dessa forma, às linhas de pensamento definidas pela antropologia interpretativa de Clifford Geertz e pela análise crítica da cultura pós-moderna produzida por Fredric Jameson. Suas formulações, pelo menos no

que nos interessa mais de perto – pensar a cultura e o seu modo de efetivação na atualidade - se alinham, não de forma óbvia e imediata, mas de modo complementar para uma *práxis* de (re)afirmação da cultura como território de significação e de construção de sentido.

A redefinição de um campo de entendimento da cultura torna-se um traço fundamental da postulação Geertziana; por outro lado, a busca de novos rumos operadores encontra em Jameson um de seus grandes aliados.

Passemos então à contribuição desses autores.

Uma nova vis interpretativa

Para Clifford Geertz não interessa, simplesmente, adicionar mais um conceito de cultura ao elenco dos inúmeros já existentes. O autor procura uma experiência mais radical, algo como um conceito-trabalho, que ao invés de estender ainda mais a conceituação, a reduza, como contribuição para o próprio entendimento. Vejamos primeiro o conceito que o leva a considerar o mundo como semiose. A cultura aparece-lhe, então, como “as estruturas de significado através das quais os homens dão forma à sua experiência”². A pergunta do que é cultura responde-se por algo que é absolutamente incorpóreo, e ao mesmo tempo sistêmico, como horizonte onde os próprios valores aparecem e se inserem. Define então o autor:

“o conceito de cultura que eu defendo é essencialmente semiótico. Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significação que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado”³.

É interessante constatar que Geertz chega a esse entendimento ao mesmo tempo em que se depara com uma “difusão teórica” do conceito de cultura e das muitas apropriações e denominações que dela se seguem. Em resposta, segundo suas palavras, procura chegar “a uma redução do conceito de cultura a uma dimensão justa, que realmente assegure a sua importância continuada em vez de debilitá-lo”. Aqui o sentido de redução, talvez não esteja distante do sentido de *epoché*, enquanto redução fenomenológica e síntese compreensiva.

Importante ressaltar que para o autor a ênfase na significação e na simbolização não se dá como algo “correlato” à existência ou à superfície desta, mas como algo que lhe é propriamente fundante. O mundo dos signos que envolvem a vida, longe de serem superficiais, estruturam e modelam a existência. Assim, a cultura tem a possibilidade de modelar tudo e o próprio homem torna-se um dos seus “artefatos”⁴. Essa visão de Geertz, ao nosso ver aclaradora e operante em nosso tempo, ganha força e contornos mais precisos quando o autor entende, numa visão que podemos aproximar de Foucault, que a significação estruturante da cultura opera como “um conjunto de mecanismos de controle”⁵, principalmente considerando o fato de que “o homem é precisamente o animal mais desesperadamente dependente de tais mecanismos de controle”. Caracteriza-se dessa forma um estado de coisas, senão completamente determinante, ao menos condutor das estruturas de percepção e da formação do *ethos*, que implicam os sentidos e as formas de existir que ganham concreitude no mundo, segundo essa ambiência/contexto modelador.

O conceito aparece então de forma mais ampliada:

“Quando vista como um conjunto de mecanismos simbólicos para controle de comportamento, fontes de informação extra-somáticas, a cultura fornece o vínculo entre o que os homens são intrinsecamente capazes de se tornar e o que eles realmente se tornam, um por um.”⁶

A teorização de Geertz permite-nos agora retomar a nossa abordagem no que tange à definição de um conceito de cultura, que além da sua especulação nos permita operar sobre ela, principalmente num tempo em que essa dimensão ampliada da cultura se mostra tão modeladora.

Ao deslocar a compreensão de cultura para os sistemas de significação, Geertz consubstancia um solo para uma nova compreensão “reduzida” demarcando as linhas-bases de uma outra cartografia. A propósito, é este o ponto que mais nos interessa: a idéia de que uma nova compreensão do próprio conceito de cultura está ligada à possibilidade de elaborar mapas dos sistemas que a envolvem, modelam e sugestionam. Mapeamentos políticos, estéticos, sociais dos fatores que movimentam um sistema cultural. Tra-

balhar em cultura é operar no vasto domínio dos sistemas de signos, que materializam a existência de homens e povos.

Semiótica: segunda natureza?

A questão agora começa a assumir um novo contorno. A cultura, evidentemente, não é um “ornamento” na sociedade, não é uma ilustração e nem a sua superfície. É efetivamente seu *medium* inerente de produção e afirmação.

A idéia de que a cultura ampliou seu alcance, e nessa nova amplitude confunde-se com a própria estrutura produtora de signos criando um novo contexto das humanidades, levou Fredric Jameson a afirmar, sugestivamente, que a cultura na pós-modernidade tornou-se uma “segunda natureza”. O que interessa ao autor é localizar essa nova amplitude e esse estado de transbordamento da cultura como dimensão maior do que ganha forma e presença na atualidade. Afinal o que seria originariamente a Natureza e como poderia esta resguardar-se? Já no século XVI, Pascal prenunciava a esse respeito:

“O hábito é uma segunda natureza que destrói a primeira. Mas que é a natureza? Por que não é o hábito natural? Receio muito que essa natureza não seja ela própria senão um primeiro hábito, assim como o hábito uma segunda natureza.”⁷

A segunda natureza, tomada em suspeita como primeira, toma forma hoje no contexto amplo dos comportamentos, das formações de subjetividade, das produções de desejo, do estado de confrontações que nos cercam, recortam e modelam. Certamente é essa a figura que interessa a Jameson. Orientando-se por seu pensamento, chegamos ao contexto de uma nova lógica cultural, de um novo estado de coisas social, estético e político característico da pós-modernidade que configura a atualidade de uma “segunda natureza”. O trecho que segue do autor é emblemático na caracterização de nossos cenários contemporâneos:

“O pós-modernismo é o que se tem quando o processo de modernização está completo e a natureza se foi para sempre. É um mundo mais completamente humano que o anterior, mas é um mundo no qual a ‘cultura’ tornou-se uma verdadeira ‘segunda natureza’. De fato o que aconteceu com a cultura pode muito bem ser uma das pistas para se

detectar o pós-moderno: uma dilatação imensa de sua esfera (a esfera da mercadoria) uma acumulação do Real imensa e historicamente original, um salto quântico no que Benjamin ainda denominava a 'estetização da realidade' (ele achava que isso dava em fascismo, mas nós sabemos que é apenas divertido: uma prodigiosa alegria diante da nova ordem, uma corrida às compras, nossas 'representações' tendendo a gerar um entusiasmo e uma mudança de humor não necessariamente inspirados pelos objetos representados. Assim, na cultura pós-moderna a própria cultura se tornou um produto, o mercado tornou-se seu próprio substituto, um produto exatamente igual a qualquer um dos itens que o constituem."⁸

Esse estado de coisas caracterizado por Jameson revela uma nova condição estrutural e conceitual da cultura. Mesmo que possamos discordar da tonalidade na crítica do autor, é evidente a sua percepção desse novo contexto. Há de relevante na sua visão uma nova objetividade do conceito na medida em que a noção de cultura fica implicada à idéia de contexto, campo e ambiência onde os signos e seus enunciados circulam e se materializam dando consistência, moldabilidade e sentido ao mundo.

Da síntese compreensiva à síntese operativa

A redução do conceito proposta por Geertz, ao mesmo tempo em que nos devolve um contorno ao conceito de cultura, abriu uma nova perspectiva no campo da etnografia contemporânea para procurarmos entender não apenas o contexto das sociedades tradicionais, mas também os ambientes das grandes cidades onde se estrutura uma nova cultura mundializada. A imagem da teia é absolutamente eficaz para dar conta desse complexo contexto em que se imbricam os mais diversos signos contemporâneos. A posição dos indivíduos é relativa nesse contexto, tendo em vista a série de ordens de determinação que de alguma forma modelam nossas vidas como "mecanismos de controle". É pois nessas teias de significação que nos constituímos, aprendemos a viver e a constituir uma idéia do mundo e de nós mesmos. Jameson procura mostrar na sua abordagem uma determinação estrutural no mundo e o alinhamento cada vez maior entre os produtos culturais (e a própria cultura) e as matrizes

econômicas, descrevendo o que ele entende como a nova face cultural do mundo. O alcance e a presença desse *world system* é objeto ainda de muitas polêmicas, mas o fato irrecorrível colocado para nós é a condição de que a cultura, na sua estruturação maior, só pode ser entendida no âmbito dessas redes de significação e de seus signos preponderantes.

É preciso atentar, pois, que um dos grandes espaços de trabalho para a ação cultural na atualidade passa por uma possibilidade de reorientação daquilo que é produzido e dos efeitos lançados aos indivíduos e às coletividades; trabalho que depende de um primeiro desvencilhamento do entorpecimento que nos cerca e das novas modalidades do fetichismo.

Essa convicção leva-nos de uma síntese compreensiva – a visão semótica de cultura – a uma síntese operativa – o trabalhar a cultura a partir dessa condição, elaborando uma política no manuseio dessas redes de significação. Entendemos que esse procedimento de alguma forma recontextualiza a orientação dos trabalhos em cultura com uma nova processualidade da ação e do fazer cultural.

Para uma política do signo

Se o mundo é uma rede de signos e a cultura é esse sistema, evidentemente trabalhar em cultura é também, em resposta, operar signos. Há signos de toda sorte e de todos os desígnios. Há signos que fazem viver, signos que fazem morrer, signos artífices, signos da concretude, signos virtuais, etc.

Mas fundamentalmente queremos localizar duas tendências na produção e na circulação signica. A primeira mais hegemônica, consiste na produção de entes simbólicos que têm como função principal criar configurações de mundo em consonância com os imperativos do consumo e com o que este proclama como legítimo. Nesse caso trata-se de fazer enredar em torno desses signos uma órbita de desejos que nos deixam conectados a um mundo muito específico, de pseudo transcendências e novos fetichismos. Esses signos são a forma mais atual da reificação, não agora de coisas ou objetos, mas de configurações de mundo e de formas de viver. São evidentemente signos artificiais, alguns deles criados nos labora-

tórios de marketing. Os efeitos desses signos são inconscientes, uma vez que eles se inserem e ganham existência na nova naturalidade do mundo. Mesmo artífices, figuram como entidades efetivas reificadas.⁹

Uma segunda posição quanto a uma política do signo, colocada como horizonte de trabalho para a ação cultural, faria buscar na territorialidade e nos seus vínculos existenciais as matrizes para a enunciação. É uma proposição muito mais enraizada que a anterior, por voltar-se para o fortalecimento de redes locais e de suas interfaces com âmbitos regionais e nacionais. Não se trata apenas de fazer circular produtos ou ofertas culturais transitórias, mas de reafirmar *existencialidades*, formas de vida, maneiras de ver e sentir o mundo, assim como o sentimento de *convivialidade*. É nesse momento que a cultura se opõe à barbárie do terror e à banalidade da sociedade regida pela lógica comercial do valor de troca. Em contraposição à fragmentação e à perda de referências e sentido, essa posição procura reafirmar os ritos de pertencimento e a própria vitalidade da cultura como sistema. Faz sentido assim falar em fortalecimento e afirmação de identidades e de potencialização da diferença como singularização.

Não se trata aqui, simplesmente, de demarcarmos uma oposição à primeira situação descrita, nem tampouco de nos constituirmos à parte desse sistema, algo também inconcebível. O que nos interessa é, de alguma forma, continuarmos a ser capazes de cartografar essa nova naturalidade do mundo. Jameson insiste nesse ponto ao se referir a uma “estética do mapeamento cognitivo” enquanto atitude cultural e política “que busque dotar o sujeito individual de um sentido mais aguçado de seu lugar no sistema global”¹⁰. Mais do que uma estética inerente às artes, o mapeamento cognitivo constitui uma modalidade para uma compreensão do mundo e do posicionamento dos indivíduos nos sistemas de forças e valores que os perpassam. Mais do que aceder a novas verdades esclarecedoras, esse procedimento relativiza e confronta as teses do mundo e uma suposta efetividade da realidade numa única conformação. Uma crítica da abordagem signica, inclusive das mídias, nos revela que o mundo é continuamente construído, e que cabe (minimamente que o seja) aos indivíduos - senão as

coletividades - assumirem um *locus* de visão e operação nos seus contextos.

Essas questões nos fazem repensar a produção da cultura numa ótica da política do signo, ou seja, numa abordagem daquilo que é produzido e veiculado como imagem do viver, do habitar e do perceber o mundo. Nas possibilidades de conformação do mundo, a própria cultura é um *construtto*. Certamente não está acabada e pronta pelas tradições, que cada vez mais se pulverizam, mas também não é o campo de indeterminação de um contexto de constantes modificações. A cultura se reconstitui continuamente porque somos operadores de seu sistema e também da sua vitalidade, e é esse o seu ponto fundamental. Certamente tarefa não exclusiva de artistas, gestores e produtores culturais, mas de todos.

Notas

¹ Fredric Jameson, referindo-se ao contexto da dominação cultural norte-americana.

² GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro, Editora LTC. p. 135

³ Op. Cit. p. 4

⁴ Idem, p. 37

⁵ no dizer de Geertz: “planos, receitas, regras, instruções (o que os engenheiros de computação chamam ‘programas’) para governar o comportamento”

⁶ Op. Cit. p. 37

⁷ Pensées 93.

⁸ JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo. A lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo, Editora Ática. 1997.

⁹ É o que procuram nos fazer crer as marcas quando adentram o território da linguagem cotidiana denominando-se formas de interjeição e afirmação como “oi”, “vivo” e “claro”! De signos gráficos a signos arquiteturais as marcas alcançam agora o status natural de signos diretos da linguagem, em meio e confundidos a esta. Outro trunfo ligado às estratégias das marcas é o fato delas se proclamarem como signos afetivos.

¹⁰ No prefácio da edição brasileira de *A Lógica Cultural do Capitalismo Tardio*, Iná Camargo e Maria Elisa Cevalco definem o mapeamento cognitivo como uma “palavra código para a consciência de classe”. Já no seu texto, o autor indica que encontra em Kevin Lynch e na postura da estética de esquerda as bases para a formulação de um conceito que ele ainda vê como um desafio para a sua efetivação. Mas, de qualquer forma, um desafio inadiável para toda arte política.

Abstract:

This article intends to discuss a perspective of cultural action as an answer to the conjuncture of sense, that permeates the culture and its objects nowadays. Being culture identified by the signification systems, any cultural politic must also go to a sign politic as an instrument of answer to the fragmentation and to the waste of the post-modernity references. A way of (re) signification of culture must be directed by signs that, in circulation, can reaffirm the rites of belonging, the *existenciality* and the life modes of social groups, as their singularity. As a direction for the following questions, we resort to the cultural hermeneutics of Geertz and the critic analysis of Jameson, that help our discussion in the definition about a work direction.

Keywords: culture, post-modernity, politics.